

Juiz autoriza derrubada de casas

JAIRO VIANA

Os parceladores de terras arrendadas pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF) sofreram um duro revés. O juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública, Alfeu Gonzaga Machado, revogou o despacho que proibia a Fundação de derrubar construções e os moradores de tocar obras na Colônia Agrícola Samambaia, localizada em frente a Águas Claras. Com a medida, a Zoobotânica fica liberada para continuar as demolições das casas construídas irregularmente na área.

A decisão foi tomada na ação de interdito proibitório proposta pelo presidente da Associação dos Moradores da Colônia Samambaia, Almir Coelho Alves, depois que fiscais da Zoobotânica e agentes do Siv-Solo derrubaram várias construções no local, no dia 30 de junho. Os moradores alegavam que as terras são urbanas e não rurais e que os parcelamentos poderiam ser enquadrados na Lei nº 954/95, que permite a regularização dos condomínios residenciais.

Públicas - No entanto o juiz aceitou os argumentos da defesa da Zoobotânica, considerou as terras como públicas e negou a liminar pretendida pelos moradores do local. Extinguiu o processo, condenou a Associação como litigante de má-fé, ao pagamento de 20% do valor da causa, às custas processuais e os honorários do advogado da Fundação.

O juiz Alfeu Machado considerou a ação dos arrendatários da Zoobotânica como "verdadeiro parcelamento do solo urbano, de forma ilegal, passível de denúncia pela Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e Meio Ambiente", a quem abriu vistas do processo para oferecer denúncia.

Tanto as chácaras da Colônia Agrícola Samambaia, quanto a Vicente Pires, ambas situadas entre Taguatinga e o Guará, vêm sendo parceladas por arrendatários, que vendem frações dos terrenos. As áreas são arrendadas pela Fundação Zoobotânica para a produção de hortigranjeiros, leite e animais de pequeno porte, mas essa finalidade vem sendo desvirtuada por alguns arrendatários.

Fotos: Alan Marques



As mansões construídas irregularmente na Colônia Agrícola de Samambaia, que estava virando um condomínio, agora poderão ser derrubadas pela Fundação Zoobotânica e pelo Siv-Solo